

VIVÊNCIA E PRÁTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XXI A PARTIR DAS HERANÇAS TRANSMITIDAS PELA CONTRACULTURA NORTE AMERICANA DOS ANOS 60

Mateus Paulino Ferreira da Silva¹ | Fernando Fiuza Leite da Silva² | Rita de Kássia Custódio Claudino de Almeida³ | Antônia Kheviany Araújo Elias⁴ | Gleiciane Rodrigues Calixto⁵ | Leonardo Matias Benigno⁶ | Erick Linhares de Holanda⁷

RESUMO

Este artigo tem como objetivo entender os fenômenos que foram acarretados na década de 1960 pelo alvorecer dos movimentos sociais que ressaltam a rebeldia da época até a contemporaneidade. Com embasamento na análise fenomenológica, busca-se não uma interpretação individualista, mas uma representação pela consideração da experiência intencional no encontro das subjetividades envolvidas com o mundo, assim trazendo uma visão concentrada nas estratégias desenvolvidas para amenizar as revoltas, na concepção dos movimentos sociais. Por analogia, a conclusão deste estudo demonstra que, mesmo existindo um sentimento de resignação às demandas solicitadas pelos movimentos sociais em relação à ação e ao discurso público, é possível o encontro de subjetividades constituídas nas experiências individuais e coletivas encontradas em uma história humana transitória e modificada pelas ações dos indivíduos. Ao assumir o Estado como um constructo criado em fim de impor uma espécie de solução fixa para os problemas relacionados aos movimentos sociais, a tomada de consciência far-se-á como uma prática fundamentadora de possibilidades que, por sua vez, podem desenvolver um processo de crítica e efetivação dos sujeitos como mais do que sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos Sociais. Mídia. Revolução. Consciência.

ABSTRACT

This article aims to understand the phenomena that were brought about in the 1960s by the dawn of social movements that highlight the rebellion of the time until today. Based on phenomenological analysis, we seek not an individualistic interpretation, but a representation by considering the intentional experience in the encounter of the subjectivities involved with the world, thus bringing a vision concentrated on the strategies developed to mitigate the riots in the design of social movements. By analogy, the conclusion of this study shows that, even if there is a feeling of resignation to the demands requested by social movements in relation to action and public discourse, it is possible to encounter subjectivities constituted in individual and collective experiences found in a transient human history and modified by the actions of individuals. By assuming the state as a construct created in order to impose a kind of fixed solution to the problems related to social movements, the awareness will be done as a foundational practice of possibilities that, in turn, can develop a process of criticism and effectiveness of the subjects as more than subjects.

KEYWORDS

Social Movement. Media. Revolution. Consciousness.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista as formas como os movimentos sociais são difundidos, vivenciados e praticados no século XXI, é de suma relevância que se haja um estudo que possa analisar algumas das muitas questões políticas, sociais e históricas que os envolvem. Deste modo, é necessário que primeiramente se conceitue os movimentos sociais para que se possa destrinchar os variados aspectos que os atravessam. À vista disso, é possível configurá-los como sistemas de ação, isto é, interações

direcionadas intencionalmente para objetivos que operam em um campo de transformação ou preservação de diferentes setores de uma sociedade civil, sendo as confrontações ao Estado um dos vários exemplos que abarcam tal definição. Ademais, far-se-á essencial evidenciar que os conflitos que geram e que permanecem e muitas vezes se intensificam durante os movimentos interferem direta e indiretamente no cotidiano das pessoas, sejam elas adeptas ou não da ação coletiva realizada. A partir disto, é imprescindível que seja ressaltado que os participantes de um movimento social são motivados não somente por iniquidades sociais, principalmente no que se refere a uma orientação econômica, visto que a busca por afirmação de identidade baseada em uma refutação da lógica do sistema é muito mais saliente em numerosas mobilizações ocorridas na sociedade (MELUCCI, 1989).

Por conseguinte, pode-se facilmente exemplificar o último fator supracitado, uma vez que ele é caracterizado como um dos princípios fundamentais do movimento contracultural dos anos 60, o qual acarretou consigo uma demasiada quantidade de mudanças herdadas pela geração atual. Sendo descrita por Roszak (1972) como insurreições comportamentais que protagonizaram uma revolução cultural responsável por questionar todo um sistema tecnocrata, capitalista e conservador que escravizava e alienava a população, a Contracultura ascendeu movimentos de extrema notoriedade na sociedade da época, tais como o movimento feminista e o movimento negro (ALLBUQUERQUE E BARROS, 2019). Contudo, a força protagonista da juventude dos anos 60 se tornou gradativamente obscurecida pela comercialização, principalmente em campanhas publicitárias, da imagem de cada uma das ações coletivas praticadas, utilizando a identidade tão duramente galgada como um produto a ser vendido e consumido na contemporaneidade de um sistema capitalista mais fluído e, conseqüentemente, modificável à adaptação das mudanças advindas com os movimentos sociais, sejam eles do século XX ou XXI.

Evidentemente, a facilidade em absorver as ações coletivas como parte constituinte do sistema que as próprias criticam pode ser especificada na atuação dos meios de comunicação, em que a mídia e os movimentos sociais possuem uma relação adjacente. Como resultado, se instala a influência vultosa dos intermediários midiáticos presentes na era digital na qual a sociedade se encontra, onde a divulgação abrangente das questões sociais se insere com uma lógica que assume a alteração destas questões objetivando ter o sujeito como apoiador diante dos assuntos abordados. Outrossim, devido historicamente os meios de comunicação serem propriedade de uma elite, os interesses dos mesmos tornam-se empecilhos para os protestos serem disseminados através da comunicação em massa (VIEIRA, 2015).

Dentre algumas publicações sobre os movimentos sociais, existem alterações tendenciosas resultantes de ideologias conservadoras que conseqüentemente pregam a limitação dos indivíduos diante de situações que provocam realidades inviáveis para a realização e satisfação de um todo, ou seja, a justiça em comum. Assim sendo, a percepção sobre tais influências pode resultar no

entendimento que mídias são realizadas por seres humanos históricos e que a multiplicidade de crenças resulta na edição dos conteúdos a serem publicados muitas vezes de acordo com os seus objetivos. Logo, a criação de consensos políticos sobre demandas sociais é demasiadamente realizada de forma discreta por uma mídia fortemente persuadida pelos desejos das classes dominantes que muitas vezes corrompem a visão pública, gerando uma barreira para a tomada de consciência que os levaria a luta contra as desigualdades sociais (PERUZZO, 2015).

Por conseguinte, seguindo o pensamento de Sartre (1946) e em concordância com considerações fenomenológicas que fomentaram o Movimento do Potencial Humano que, por sua vez, contribuiu imensamente para com as pretensões das mobilizações sociais dos anos 60, a tomada de consciência far-se-á como a ferramenta chave para propiciar um movimento revolucionário, pois é pelo saber de que toda consciência é consciência de algo que se tem que esta é transformadora dos posicionamentos dos indivíduos através da consciência de si e do mundo. As ideias que impulsionam um movimento social vêm da consciência de que algo (para os que se manifestam) está errado ou desfavorável, não atendendo ao bem estar da sociedade, esta redução fenomenológica traz a sensação de uma falta de liberdade na existência dos indivíduos, sendo a própria existência encarregada de trazer a ansiedade natural para a mudança acontecer, movendo os indivíduos para a busca de um reequilíbrio do seu bem estar.

Portando, unidos por interesses em comum, estes indivíduos manifestantes de ideais revolucionários projetam entre si suas ideais e opiniões, criando uma rede onde a singularidade se perde dando lugar a uma intersubjetividade. As mentes então passam a se tematizar em conjunto e essa tematização dos objetivos em comum passam a se tornarem unidade (MERLEAU-PONTY, 1945), o que contribui para um desenvolvimento forte de um movimento baseado em um objetivo comum, assim como ocorreu no movimento contracultural da década de 60, mesmo que seus, por assim dizer, idealizadores não tenham tido a pretensão de organizar um objetivo que abarcasse todos os seus interesses.

À vista disso, o presente estudo tem como objetivo demonstrar criticamente como os movimentos sociais do século XXI são vivenciados e praticados pelos indivíduos, ressaltando a influência midiática no desenvolvimento e difusão dos mesmos, assim como no modo que os sujeitos os interpretam e absorvem. Além disto, é de pertinência abordar as interferências do movimento contracultural dos anos 60 em inspirar as ações coletivas atuais, levando em consideração o processo gradativo em que tais interferências foram transformadas em produtos e idealizações para a geração contemporânea.

REFERENCIAL TEÓRICO

AS HERANÇAS DA CONTRACULTURA NORTE-AMERICANA DOS ANOS 60

Segundo o Dr. Orivaldo Leme Biagi (2017, p. 95), em meio a conflitos sociais e de guerra, presenciava-se uma geração de jovens que contestavam o surgimento de regimes repressivos e autoritários, a racionalização e planejamento da vida em sociedade, os aspectos técnico-rationais em detrimento de aspectos sociais e humanos e a produção de uma sociedade tecnocrata e adocidamente capitalista e produtivista, fazendo com que os anos 60 transpassaram:

Novas práticas políticas e comportamentais, uma geração autônoma e distante da geração mais velha, um inimigo em comum para praticamente todos os grupos (Guerra do Vietnã) e um meio de comunicação deixando tudo mais próximo e, assim, aumentando a ideia de unidade (televisão).

Logo, os anos 60 podem ser denotados como a alma da rebeldia, isto é, o alvorecer de movimentos sociais que interferem no que é visto e presenciado na difusão midiática contemporânea. Sendo que, de modo geral, as inspirações buscadas e posteriormente utilizadas como base para a formação dos vários conceitos do que é conhecido como Contracultura, estão enraizadas em quatro manifestações apresentadas por Marcos Alexandre Capellari (2007), as quais podem ser resumidas em: 1 - a desvalorização do racionalismo, 2 – a recusa ao *american way of life*, 3 – o pacifismo e 4 – o hedonismo.

De modo geral, as manifestações supracitadas são referências destacadas do legado transmitido pelos movimentos sociais empreendidos na época. Lembrando que a ordem apresentada neste texto não segue a ordem cronológica dos acontecimentos citados, mas uma organização direcionada a alguns dos fatores difundidos dos anos 1960 adiante. Posto isto, a ordem aqui exposta pode ser iniciada pela desvalorização do racionalismo, tendo como base o objetivo dos jovens de substituir a “tecnocracia” ou “sociedade tecnocrata”: “produto de um industrialismo maduro e em aceleração” (ROSZAK, 1972: 31) por uma sociedade renovada.

Por sua vez, a recusa ao *american way of life*, ou seja, estilo de vida americano baseado em protótipos de autoimagem e altos níveis de consumismo difundidos após a 2ª Guerra Mundial, está diretamente entrelaçada ao termo Contracultura, visto que a renúncia ao modelo padrão estabelecido nos Estados Unidos, seja em relação ao capitalismo e a burocracia, seja em relação à liberdade e consumo idealizados pelo nacionalismo norte-americano, estabelece o lado antagônico do movimento, isto é, o alvo da rejeição e questionamento lançados pelo assaz número de jovens insatisfeitos com a cultura dominante da qual faziam parte (RABELO, 2012).

Similarmente, a busca pelo pacifismo, ou seja, o empenho em eliminar as causas da guerra para um alcance de um estado de paz permanente como realidade última desenvolveu um espírito de oposição da opinião pública em virtude da Guerra do Vietnã. Ademais, o medo por parte de jovens

de cometerem o mesmo erro de seus pais, os quais permaneceram em um estado de passividade em relação à Segunda Guerra e os efeitos pós-guerra, facultou o estabelecimento de ideias contrárias à guerra, tais como: “a guerra é sempre imoral e ilegítima”, “a guerra é sempre um crime contra a Humanidade” e “a guerra de modo algum serve a qualquer Homem para atingir os fins a que se propõe” (FERREIRA, 1988, p. 134).

Por último, pode ser colocado o hedonismo, o qual surge no pós-guerra americano, em que o *teenager* (adolescente) é posto como um personagem social, enquadrando o jovem no universo de consumo e, conseqüentemente, dando um novo status público a ele. Assim, ao associá-lo ao imaginário hedonista, o termo *teenager* promove a propagação de um acervo de instituições conjugadas: “os clubes, as atividades esportivas, as *sororoties* e *fraternities*, os bailes, as festas, a *drugstores*, o automóvel, o bar para jovens” (PASSERINI, 1996, p. 354). A partir de tais locais, a identidade geracional e autonomia afirmadas pelos jovens faz com que, como aponta Garson (2010, p. 5), “seus pares ganhem progressivamente o papel de modelos de conduta em detrimento dos seus pais”.

Por conseguinte, um movimento contracultural não deve ser tido como uma simples revolta, mas como um “conflito ou choque de gerações”, um marco histórico e cultural (BIAGI, 2017). Contudo, a partir de toda a gama de mudanças facultada pelos jovens da década de 60, pode-se dizer que a geração do “*baby boom*”, a qual define os aproximadamente 86 milhões de nascimentos ocorridos entre 1946 e 1964, somente nos Estados Unidos, é, por assim dizer, a vencedora?

Pode-se dizer que sim. Uma vitória agridoce, visto que as heranças deixadas pela geração de 1960 são demasiadamente pesadas para a geração atual (CARDOSO, 2005). Afinal, a historicidade dos movimentos ocorridos com a Contracultura perdeu-se diante da identificação com o mito, o qual prevalece e define que aquela foi a época da rebeldia por *excellence*, sendo que qualquer tentativa de relaná-la cairia em fracasso (MACIEL, 1987:08).

Ademais, faz-se mister mencionar outro fator, o qual indica um dos elementos essenciais para a construção das formas de como os jovens da época enxergavam a sociedade em que estavam inseridos, uma vez que tal sociedade apresentava um mundo que nada mais tinha de atraente e inovador (CAMPOS, 2006). Logo, seria preciso criar e lutar para derrubar o ultrapassado. Em contrapartida, o século XXI oferece um leque de atrações e inovações facilmente acessíveis quando se percebe a liberdade que as favorecem, liberdade facultada pelo Movimento Contracultural.

Em vista disso, a liberdade tanto buscada pelos jovens dos anos 60 acabou por ser utilizada para controlar e alienar a liberdade dos jovens do século XXI. Vale ressaltar que com uma forma de controle drasticamente divergente da que era utilizada no século passado, mesmo tendo sido iniciada nele, uma vez que a preocupação de que a Contracultura fosse comercializada em campanhas

publicitárias, pintando a imagem de uma juventude única gloriosa ao passo que apaga seus rompantes transformadores, estava sendo disposta já no final da década de 60 (CARDOSO, 2005).

Em suma, as heranças herdadas da Contracultura pelos jovens atuais estabelecem como alega Cardoso (2005, p. 93):

as transformações da imagem da mulher, com o feminismo; a liberação sexual; as modificações na estrutura da família; a entronização do modo jovem de ser como estilo de vida; a flexibilização das hierarquias e da autoridade; a construção de novas relações entre o adulto e o jovem e o adulto e a criança; a criação de um novo imaginário da fraternidade; a introdução do “novo” na política; a emergência das questões ecológicas como se fossem também políticas, para ficar com algumas das referências mais destacadas.

No entanto, a herança dos anos 60 não é passada e melhorada com o passar do tempo, mas sim vendida e exposta como produto, utilizando-se dos movimentos sociais como forma de veiculação para o crescimento do capitalismo, consumismo, desigualdades sociais, entre tantos outros modos de organização das sociedades que foram combatidos pelos jovens da época de 60. Aumentando, assim, a passividade diante dos jovens ocidentais e contemporâneos de modo geral, tanto pelo olhar de incapacidade diante de alcançar algo semelhante à Contracultura da década de 60, quanto pelo conformismo em relação ao que é transmitido atualmente.

A ESTAGNAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA

Para Jacques A. Wainberg (2012), há nos jovens do século XXI uma nostalgia sobre as ações já perdidas no tempo, realizadas pelos autores das revoluções ocorridas depois da segunda metade do século XX. Esse fascínio pelas gerações passadas vem da consagração delas como bem feitas e causadoras dos movimentos transformadores da sociedade e sua identidade, a qual estava tomada por ideias que, para os militantes, iriam trazer ao mundo uma vivência igualitária e uma identidade livre.

Por conseguinte, entende-se que as questões sociais que possibilitaram o sentimento de opressão e a necessidade de luta na década de 60 resultaram de influências públicas que, na sociedade contemporânea, não são claramente observáveis. Assim sendo, a estagnação diante das lutas e protestos com o intuito de um equilíbrio visível no meio social vem regredindo por vários fatores, sendo um deles a sutileza do sistema atual em influir comodidade diante das questões necessárias a serem questionadas, as quais acabam sendo banalizadas através da forma pela qual elas estão sendo apresentadas (RICCI, 2018).

Similarmente, ainda mediante Rudá Guedes Ricci (2018, p. 95), uma das justificativas primordiais para a divergência vigente entre os movimentos sociais do século XXI e os movimentos sociais do século passado pode ser posta na “marca do hiperindividualismo que passa a determinar

escolhas”, o qual “fragmenta a sociedade em necessidades e interesses múltiplos, em detrimento de valores universais e até mesmo da noção de direitos”.

Há então uma conjuntura de pensamentos correlacionados entre os agentes das revoluções e o ambiente em que estão inseridos, isto é, o espírito utópico transforma o ambiente e o ambiente transforma o agente. Deste modo, o fato dos movimentos sociais terem sido inicialmente individuais, nos faz refletir diante da fenomenologia sobre o quão enraizada é a crença de que os indivíduos são únicos, se contrapondo a realidade de que tudo o que é vivenciado resulta de um todo (SOKOLOWSKI, 2000).

Faz-se mister colocar ainda que os movimentos sociais presentes na contemporaneidade não estão em si estagnados, na verdade, há neles uma confusão de ideais que não se consolidam em um único parâmetro, causando, portanto, a pouca efetividade que eles possuem para alterar a realidade de modo perceptível, o que, por conseguinte, provoca a estagnação estudada no presente texto (BAUMAN, 2001).

Ademais, numa perspectiva semelhante, situam-se as correntes da “escolha racional”, em que as movimentações coletivas são o resultado de estratégias previamente delineadas pelos indivíduos, mediante um cálculo pessoal de perdas e ganhos em fase dos seus interesses particulares (OLSON, 1965).

Como se nota, portanto, a noção de individualidade, amplificada por meio do consumismo e, obviamente, do capitalismo, acarretou um bloqueio na efetividade das mobilidades sociais, bloqueio este fascinantemente descrito por Claus Offe (1987, p. 11) em “A utopia da opção zero”, em que as sociedades modernas:

[...] se tornaram rígidas a tal ponto que a própria tentativa de refletir normativamente sobre elas ou de renovar sua ‘ordem’, isto é, a natureza da coordenação dos processos que nelas têm lugar, é virtualmente impedida por força de sua própria futilidade, donde sua inadequação essencial.

A partir do supracitado, pode-se expor que a falta de um ideal em comum tanto presente no século XX, faculta a abertura para que os indivíduos usufruam de argumentos estabelecidos nas ideologias de variadas ações sociais para colocar seus interesses particulares a frente das propensões coletivas, o que comprova a afirmação realizada por Zygmunt Bauman (2000, p. 20): “As pessoas seguem a correnteza, obedecendo às suas rotinas diárias e antecipadamente resignadas diante da impossibilidade de mudá-la, e acima de tudo convencidas da irrelevância e ineficácia de suas ações ou de sua recusa em agir”.

Contudo, a ideia falsa de individualidade é quebrada a partir da concepção de que tudo é público, isto é, nada, nem mesmo os pensamentos e sentimentos mais profundos dos seres humanos podem ser colocados, mediante o paradigma fenomenológico, como criações mentais, uma vez que o que é tido como privado, na verdade é público no sentido de que existe uma interdependência entre

a afirmação falsa de uma mente criadora e o mundo que chega aos indivíduos e está neles, uma vez que estes indivíduos fazem parte dele, facultando o ideal de que todos o podem acessar, pois é algo aberto e apregoadado, influenciando as decisões humanas a cada momento (SOKOLOWSKI, 2004).

De modo geral, se “o modo fenomenológico de pensar caracteriza-se pela consideração da experiência intencional no encontro das subjetividades envolvidas com o mundo” (AMATUZZI, 2009, p. 96), pode-se afirmar que os movimentos sociais, como os movimentos em defesa dos índios, negros e das mulheres, deveriam estar no âmbito do que a fenomenologia coloca como intersubjetividade, visto que, ainda em concordância com Amatuzzi (2009, p. 96), ela é apresentada no modo como o “mundo vivido nos é dado também socialmente”.

À vista disso, as ações sociais, denotadas como “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora das instituições estabelecidas” (GIDDENS, 2005, p. 357), perdem-se em meio à confusão de inclinações por parte de seus participantes, simpatizantes e, em última análise, os indivíduos que compõem a sociedade como um todo.

Consequentemente, como afirma Zygmunt Bauman (2001, p. 30):

O que está errado com a sociedade em que vivemos, disse Cornelius Castoriadis, é que ela deixou de se questionar. É um tipo de sociedade que não mais reconhece qualquer alternativa para si mesma e, portanto, sente-se absolvida do dever de examinar, demonstrar, justificar (e que dirá provar) a validade de suas suposições tácitas e declaradas.

Isso posto, é possível estabelecer uma relação entre a estagnação dos movimentos sociais e a corrente filosófica da fenomenologia, em que em meio de toda a inundação de informações interpretadas como absolutamente autênticas, as quais provocam o nascimento de concepções distorcidas sobre como a realidade pode ser alterada, a metodologia fenomenológica funcionaria como um escape, contribuindo através da contemplação e exploração práticas da realidade e dos fenômenos que a cercam para o desprendimento de conceitos e verdades que foram impostas aos indivíduos.. Deste modo, é possível estabelecer uma filosofia que suspenda concepções, libertando aquelas e aqueles que a praticam para a experiência que as e os envolve a cada instante da vida (SOKOLOWSKI, 2004).

A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XXI

Conforme afirma a autora Warren (2013), um dos critérios para entender a contextualização dos movimentos sociais em nosso país é considerar a intercalação de mudanças advindas desse processo sócio histórico nas suas diferentes vertentes. Diante disto, podemos aqui elencar o movimento do grito dos excluídos, movimentos de rua, movimentos estudantis, enfim, os quais envolveram a participação de jovens, sendo estes os principais protagonistas das revoluções que

emergiam em todo o Brasil. Por conseguinte, em todo o processo histórico, a juventude tem sido considerada como idealista, sendo que muitas vezes perpassa o conceito de transformação do mundo a partir de seus limites e possibilidades, não ficando a margem dos desafios que lhes são inerentes. Logo, com o passar do tempo, o jovem passa a ganhar mais visibilidade e, assim, um maior destaque no regime político, econômico e social. À vista disto, a autora ainda enfatiza que, em relação ao capitalismo das novas tecnologias, o jovem vem ganhando destaque nas mídias e nas organizações sociais, ressaltando, porém, que é necessário ultrapassar as ondas de navegação, para ir muito mais em busca de ações que ocupem os eixos de toda a sociedade, adentrando em espaços para debates e discussões no que tange as suas reivindicações e articulações.

Ademais, Gohn (2014) associa que os movimentos populares ou, por assim dizer, movimentos de “ruas”, abriram espaços para que toda a população, democrática e participativamente, pudesse atuar e confrontar com os estados de indignação a conjuntura política nacional. Deste modo, as manifestações que foram surgindo ao longo de todo o processo deram-se de diferentes formas, tais como protestos, revoltas, aglomerações, grupos de coletividades, atingindo, portanto, todas as camadas sociais e, de forma mais condizente, as classes menos “favorecidas”, predominando-se, sobretudo, nas classes mais altas. Outrossim, a autora ainda ressalva que, advindo desse período, foram surgindo diferentes formas de rebeldia e violência que, a partir de um retrocesso, ficaram mais acentuadas e resistentes, causando muitas vezes a intervenção policial diante dos consequentes conflitos, o que, por sua vez, provocou uma impressão negativa na identidade que iria ser construída a partir de interesses coletivos e pessoais. Vale ressaltar, portanto, que é necessário repassar formas envoltas de novos moldes em organizações, redemocratização e reajustamento, interferindo positivamente nos princípios, valores, condutas éticas e morais.

Além disso, mediante Lemos (2004), a dinâmica técnico-social da cibercultura instaura não uma novidade, mas uma radicalidade: uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade, onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informações em tempo real, informações estas relacionadas a diversos formatos e modulações de qualquer lugar do planeta, além de alterar, adicionar e colaborar com pedaços de informações criados por outros. Consequentemente, as diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo com o excesso e a circulação virótica de informações nada mais é do que a emergência de vozes e discursos, anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos meios midiáticos. Logo, aqui a máxima é “tem de tudo na internet”, “pode tudo na internet”.

Similarmente, de acordo com Estanque (2014), os movimentos sociais tiveram um grande destaque nas redes sociais e programas de rádio que transmitiam as notícias sobre as manifestações que ocorriam em prol das lutas de classe. Os protestos se espalharam rapidamente em todas as mídias sociais, enfrentando, portanto, a repressão política da época em busca de promover a paz e combater

a violência. Posto isto, é passível de se entender que a época supracitada foi marcada pela revolução e o destaque da mídia social, as quais tiveram participação nas manifestações, buscando comunicar à população o que estava ocorrendo no desenrolar da situação.

Ademais, o ativismo digital, segundo França (2018), tornou-se uma importante forma de disseminar um conteúdo de maneira rápida e fácil, oportunizando a propagação voraz de ideologias, facultando, portanto, uma maior visibilidade aos movimentos sociais, os quais, por sua vez, acabam ganhando novos adeptos. Ao mesmo tempo, ideias contrárias são difundidas com a mesma força e velocidade, causando uma frequente e intensa dualidade. Outrossim, os jovens autores das revoluções, mesmo que conectados às redes sociais e afastados de uma mídia popular como a televisão ainda têm necessidade desta última para dar voz à transformação da sociedade. Tal voz só é permitida por uma mídia popular, pois esta é firmada na comunicação e é ela que detém o poder de dar continuidade aos atos (LIMA, 2013).

Levando em consideração o fato de que o capitalismo realiza a comercialização de todo objeto que está presente no meio social, a oportunidade de desenvolver novidades para aperfeiçoar as mercadorias com algo que está em alta no momento, acaba por causar o aproveitamento deliberado dos movimentos sociais como mecanismos para tornar a mercadoria mais visível e chamativa à utilização. Vale ressaltar que a perspectiva capitalista em gerar capital através da produção inspirada em meios utilizados para manifestações tem o intuito de nutrir a influência consumista que é algo fadado a ser realizado diante da sociedade. Assim sendo, estima-se que a necessidade de renovação dos itens a serem apresentados ao público, para que o interesse e atenção sejam voltados ao mesmo, é um dos motivos da comercialização dos mecanismos de protesto (LUSTOZA, 2009).

Por conseguinte, de acordo com Gohn (2014), há nos recentes movimentos sociais, realizados principalmente pela classe média, um afastamento do sucesso da Contracultura, mesmo com as oportunidades do uso de redes sociais como ferramentas de comunicação e a disseminação de ideias que, em suma, tem papel importante, uma vez que é fortemente utilizada, sendo, inclusive, fundamental em revoluções como as de Portugal e Brasil dentre outros países entre os anos de 2011 e 2013. Porquanto, consolidou-se uma precariedade e acomodação nesta juventude revolucionária, visto que ela possui, diferentemente das grandes revoluções com espírito coletivo do século passado, um movimento individualista e linguagem com teor antipolítico. Deste modo, as comunicações globais tornam-se palco inicial para a revolução.

Faz-se mister ainda afirmar que é possível observar de forma fenomenológica que esses movimentos sociais ocorridos em diferentes épocas, mesmo que fundados em ambientes virtuais, dependem de uma vivência subjetiva interindividual dos sujeitos, sendo assim, de forma coletiva e atendendo interesses em comum mesmo que haja diversidade de objetivos. A coletividade presente nesses movimentos que visam mudanças sociais possuem relações interpessoais sem rigidez total

entre os indivíduos, estas relações são baseadas não só em uma universalidade dos objetivos do movimento, mas também de como os indivíduos se representam entre si, pois as interferências dadas pelas diferenciações de cada sujeito influenciam na relação do todo (o movimento). Observa-se, então, uma rede de intersubjetividades (PERUSO, 2004).

Semelhantemente, é viável contemplar através do campo fenomenológico a relação existente entre o indivíduo e o meio em um cenário constituído pelos movimentos sociais, em que a interação interpessoal dos grupos é simultaneamente influenciada e inserida na sociedade, levando em consideração as formas utilizadas pela experiência na produção das práticas públicas no cotidiano. Sendo assim, os movimentos sociais estão pautados nas novas racionalidades e nos modos de saber em um contexto sociopolítico e cultural, perante as questões de reestruturação vistas e impostas no capitalismo da época (GOHN, 2007).

Vale ressaltar ainda que é notável que desde os movimentos da década de 60, como é reparado por Wainberg (2012), analisa-se que a mídia é influenciadora de como tais eventos se propagam, uma vez que é parte da mídia promover a informação globalizada, informação esta que influencia as percepções dos sujeitos e suas cognições, mudando suas formas de ver, agir e sentir o mundo. A mídia funda essa rede de intersubjetividades através de seu suposto prestígio sobre os indivíduos, unindo-os com os pensamentos coletivos para tornar-se um palco à propaganda de ideologias que melhor beneficie o poder aquisitivo midiático (ALMEIDA, 2015).

REVOLUÇÃO A PARTIR DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA CONTRA AS RELAÇÕES DE PODER

A tomada de consciência é passível de ser abarcada como fenômeno, originando uma reflexão sobre a experiência, a qual far-se-á construída mediante a formulação fenomenológica do Ser-no-mundo, ou seja, indivíduo e mundo estão em simultânea constituição. Logo, a dimensão subjetiva em que os indivíduos se percebem é parte fundamental na compreensão e reconhecimento das diversas situações, isto é, experiências que são constante e imediatamente acessadas por eles (ANGELIM, 2009).

Por conseguinte, o que é proposto aqui pode ser sintetizado na possibilidade de absorção dos condicionamentos sociais - no caso as relações de poder que impõem ações disciplinares sobre os indivíduos, modelando, adestrando, regulando, normalizando e produzindo normas de comportamento e formas de pensar (Foucault, 1987) - como condicionamentos conscientes, em que os indivíduos que os experienciam tomam conhecimento das reflexões que podem fazer sobre eles, não negligenciando ou negando a existência e constância dos mesmos (MERLEAU-PONTY, 1973).

Assim sendo, quando é lembrado o surgimento do Movimento do Potencial Humano difundido nos EUA da década de 60, pode-se exemplificar que quando o indivíduo é colocado como um ser primordialmente desafiado pela dimensão consciente em que suas vivências e experiências presentes são constituídas, é possível promover uma revolução contra as relações de poder enraizadas nas sociedades capitalistas, assim como as lutas realizadas pelas revoltas políticas e estudantis dos anos 60, as quais foram desenvolvidas essencialmente pela juventude da época (CAMPOS, 2006).

À vista disso, fazendo-se uma análise dos estudos de Foucault sobre as relações de poder, temos que, em uma convicção usual e popular, o poder é como uma força repressora, controladora e dominadora sobre aqueles que são tidos como subjugados por consequência do menor grau de atributos que detém em relação diretamente proporcional aos seus, por assim dizer, senhores. Porquanto, nessas delimitações das convicções usuais encontramos os poderosos exercendo sua dominância da maneira que desejarem, uma vez que têm como base normas e leis estabelecidas a partir de um histórico de comando, o qual se legitima com o tempo, facultando uma espécie de controle sobre os dominados que não possuem sua mobilidade garantida, uma vez que as normas anteriormente mencionadas os coagem a agir de acordo com o bel prazer dos dominadores (SILVEIRA, 2002).

Em contrapartida, Foucault não acredita na ideia de poder da forma usual supracitada, mas sim em uma analítica de poder. Esta seria uma visão onde o poder não seria algo fechado e homogêneo, na verdade, seria algo presente em toda sociedade, sendo parte fundamental das mesmas e possuindo uma existência independente da tentativa de adquiri-lo. Dessarte, o poder seria uma rede de forças que, em conjunto, se apoiam e se fortificam ao se estender em uma existência onipresente. Deste modo, não há uma relação fechada de dominantes e dominados, mas uma extensa rede de forças que não sucedem somente em oposição vertical, mas em todas as direções, em que diferentes instituições possuem relações entre si, sejam elas estabelecidas em direções verticais, horizontais ou até mesmo diagonais. A partir disto, pode ser afirmado que sempre há uma resistência que luta contra algum poder, pois o mesmo só existe com uma relação de vários aspectos de resistência que o sustente e, de forma oposta, a resistência existe para um poder, ou seja, ambos fazem parte de uma rede onde estes sustentam suas respectivas existências e, entretanto, se contrapõem (SILVEIRA, 2002).

Consequentemente, faz-se mister afirmar que a resistência inerente nas relações de poder não é por si só um meio propício para o nascimento de uma revolução contra tais relações, uma vez que elas ascendem mediante o choque presente entre as forças que as compõem, tais como as que são explicitadas por Campos (2006, p. 245), sendo elas: “Estado e Sociedade, Pais e Filhos, Professores e Alunos, Patrões e Empregados etc.”. Logo, recai aqui a tomada de consciência como um campo fértil para uma quebra da continuidade até então permanente dessas relações, as quais permanecem fortes por haver um estado de ignorância à historicidade das experiências encontradas nas sociedades

contemporâneas, submetendo os indivíduos “(...) ao dogma das opiniões culturalmente consideradas como corretas” (CERRI, 2001, p. 97).

Posto isso, vale ressaltar que demasiadamente imprescindível é o abandono de convicções e heranças amarradas à tradição presente nos juízos de realidade ou de valor que o senso comum espontaneamente leva os indivíduos a fazer, pois só assim é possível direcionar a consciência à consideração da experiência que imediatamente se apresenta, voltando a percepção para ela mesma e, mediante este método, galgando conclusões sobre o conhecimento e a realidade subjetivamente vivida. Conquanto, de nada adiantaria se a tomada de consciência for refletida como lugar, uma vez que é a deliberação dela como ato que possibilita caminhos para a conquista de reivindicações à ação, às decisões e ao discurso público (SOKOLOWSKI, 2010).

Por intermédio de tal observação, é suscetível a apresentação da intencionalidade em sua definição fenomenológica, na qual toda consciência vem e se dirige para algo. Imediatamente, se obtém a dedução de que ao tomar consciência, o indivíduo estatui que se cada ato que toma, cada pensamento que tem, cada emoção, por mais íntima que seja, essencialmente se origina e vai ao encontro de algo e/ou alguém, logo, as relações de poder seguem o mesmo princípio, em que os vínculos de poder, dos mais simples aos mais complexos, encontram, assim como a mente humana, seu fim na evidência das coisas. Portanto, em concordância com Dreyfus e Rabinow (1995), o sistema de dominação (étnico, social e religioso), de exploração (separar a classe operária do que é produzido por ela), de sujeição, de subjetivação e de submissão dos indivíduos não deve impor leis de verdade, seja na educação, nos laços familiares ou na ordem social como um todo, visto que “se os seres humanos são reconhecidos como agentes da verdade, sua associação política deve refletir essa dimensão de seu ser” (SOKOLOWSKI, 2010, p. 217).

Em suma, tendo em vista que revoluções podem propiciar libertações, a tomada de consciência vem a ser o primeiro passo para adquirir independência diante das relações de poder, sendo a conscientização a base do rompimento com os condicionamentos outrora determinantes para a passividade diante de limites estabelecidos. Ao obter criticidade advinda de questionamentos adquiridos no decorrer de experiências vivenciadas, a passividade é conseqüentemente reduzida, podendo ocasionar a coarctação de poderes dominantes (GONÇALVES, 2017). A tomada de consciência deriva da percepção do objeto e a reflexão sobre o sujeito diante de determinado alvo, ou seja, a partir do aprendizado adquirido em meio a situação, um novo sentido, e possivelmente uma nova atitude será direcionada ao sujeito, assim sendo, vale ressaltar a afirmação de Sartre (1946), o qual tem como base o fato de que para acontecer o despertar do agir, é necessário que o sujeito tenha uma visão desprovida de satisfações que o possibilitariam resultados benéficos diante do que é almejado. Conseqüentemente a insatisfação e sentimento de existência limitante, é o motivo da

necessidade em obter mudança, o qual estimula o ser humano ir em busca dos seus ideais, depreendendo-se de cada a priori que anteriormente veio a ser sinônimo de restrição.

METODOLOGIA

O presente estudo compõe uma revisão bibliográfica de cunho analítico e descritivo acerca das influências propagadas pela Contracultura norte-americana da década de 1960 para os movimentos sociais da contemporaneidade. Considerando como eles são vivenciados e praticados pelos indivíduos, este estudo também constitui uma visão sobre o processo gradual em que as ações coletivas foram sendo incorporadas e transmitidas como produtos pelo sistema capitalista, tendo como pano de fundo uma análise fenomenológica para a construção das ponderações apresentadas.

O primeiro critério considerado pela equipe foi o de compor quatro capítulos para a formação da revisão de literatura empregada no artigo. À vista disso, a coleta de dados e a elaboração do primeiro capítulo do referencial teórico foram executadas no período de 19 de fevereiro a 4 de março de 2020. Por sua vez, a composição do segundo capítulo do referencial teórico foi realizada no período de 4 a 18 de março de 2020. O desenvolvimento do terceiro capítulo do referencial teórico foi desempenhado no período de 18 a 30 de março de 2020, enquanto que o quarto capítulo foi produzido no período de 30 de março a 13 de abril de 2020.

A princípio, foi acordado que todos os capítulos deveriam ter a extensão de ao menos duas laudas e meia, sendo que cada um abarcaria no mínimo dois artigos científicos e um livro como referencial teórico. Tendo o Google Acadêmico e o *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) como bases à investigação, foram pesquisados artigos científicos que se adequassem ao tema proposto, além de autores clássicos da filosofia existencialista e fenomenológica e das ciências sociais. Vale ressaltar que não foram definidos critérios específicos para a inclusão dos artigos científicos no que se refere aos anos de publicação, no entanto, foi priorizada a inserção de artigos relativamente recentes ao ano de 2020.

Como resultados, foram obtidos 47 materiais, sendo 36 artigos, sessões e/ou matérias de publicação periódica e 11 livros. É significativo frisar que a coleta dos materiais ocorreu de maneira progressiva, isto é, o referencial manuseado foi sendo procurado e adicionado à medida que cada parte do presente artigo foi concebida, inclusive a introdução e a conclusão do mesmo. Conforme a integração das referências bibliográficas, etapas foram seguidas para que cada seção do trabalho fosse concluída. Tais etapas foram formadas por três tipos de leitura, uma exploratória para a interpretação dos materiais, uma seletiva para que se pudesse grifar e escolher as citações que mais se adequassem aos objetivos e as temáticas propostas e uma analítica para que a partir dos grifos fosse realizada a redação do artigo. Por fim, após os passos supracitados se montou o *corpus* do estudo, o qual foi

estabelecido nas seguintes enunciações: as heranças da contracultura norte-americana dos anos 60, a estagnação dos movimentos sociais a partir de uma análise fenomenológica, a contextualização dos movimentos sociais brasileiros do século XXI e revolução a partir da tomada de consciência contra as relações de poder.

CONCLUSÃO

A partir da análise realizada sobre as vivências e práticas dos movimentos sociais do século XXI mediante as heranças transmitidas pela Contracultura, é possível firmar que, como apresentado, os movimentos sociais presentes na contemporaneidade caíram em uma espécie de inércia quanto ao emprego de suas ações de modo a alterar a ordem social como um todo, principalmente no que se refere à associação política. Ademais, como é afirmado por Carvalhaes et al. (2018), o desenvolvimento dos meios de comunicação, tendo as mídias sociais materializadas como mecanismos sutis de controle, delinea cada vez mais os cotidianos da vida em sociedade, uma vez que produz efeitos sobre as subjetividades e modos de aplicá-las em mudanças efetivas nos contextos públicos que a população vivencia.

Consequentemente, a mídia foi elevada à categoria de dispositivo difusor do pensamento dominante. Se as novas tecnologias afetam tantos elementos importantes na dinâmica social é possível afirmar que elas estão diretamente ligadas às mudanças sociais do presente, se relacionando com cada aspecto da vida humana ao afetar as interações entre os indivíduos. Diante de tal quadro, novas estratégias são criadas para fazer frente ao conteúdo digital à disposição, a “fidelização das massas” é então vista como um processo que busca estancar a perda de público através da manipulação de notícias (CARVALHAES et al., 2018).

As generalizações empreendidas neste artigo, no entanto, não devem ser vistas como uma forma de enquadrar todos os tipos de manifestações sociais existentes na atualidade, mas como um modo de contemplá-las em sua essência, as estabelecendo como ações coletivas de diversos setores de uma dada sociedade em busca de valorização e viabilização de direitos, seja preservando ou transformando a ordem social convencionada (TATAGIBA et al., 2018). Por este motivo, se fez crucial a referenciação do movimento contracultural surgido na década de 60, visto que seu ideário transmite a praticidade da essência mencionada acima.

Posto isso, ao ser explicitado o confronto entre forças nas relações de poder, se considera também o confronto entre Estado e movimentos sociais, em que, tendo como parâmetro a influência midiática na comunicação que interliga ambos, o aspecto confrontacional configurado desta dicotomia se institui como uma separação de deveres específicos designados ao Estado e aos movimentos sociais, fomentando, em consequência, a soberania do Estado e a passividade dos

indivíduos que, diante do demasiado consumo de informações selecionadas discricionalmente em prol de interesses prepotentemente estabelecidos na dinâmica social, se veem inertes para agir de modo a modificar as imposições organizadas politicamente em suas vidas públicas e privadas (LAVALLE et al., 2019).

Notou-se, portanto, a possibilidade de contextualização da problemática supracitada por intermédio de considerações fenomenológicas, as quais abrangeram a tomada de consciência como possibilidade de enfrentamento dos obstáculos facultados pela atual estagnação dos movimentos sociais. Esta sugestão afirma que a cidadã e o cidadão podem assumir a percepção de se perceberem como seres ativos e modificadores do cenário político e social em que vivem, visto que, como é proposto por Merleau-Ponty em “Fenomenologia da Percepção” (1945), estando a percepção quanto acolhimento do próprio corpo como centro de perspectiva, os indivíduos apresentam a potencialidade de se restituírem enquanto âmbito das transformações sociais, políticas e históricas que envolvem suas experiências e a sociedade em que estas se constroem.

Assim, o presente trabalho demonstra que, mesmo existindo um sentimento de resignação às demandas solicitadas pelos movimentos sociais em relação à ação e ao discurso público, é possível que o encontro de subjetividades constituídas nas experiências individuais e coletivas encontradas em uma história humana transitória e modificada pelas ações dos indivíduos, como é posto no materialismo histórico-dialético - método de investigação desenvolvido por K. Marx e F. Engels (2007) - motive o engajamento político, a promoção de debates que tragam formas de rebeldia e libertação da passividade tanto enraizada nas ocupações populares e, imprescindivelmente, a utilização do espaço público como ambiente fértil para a difusão de ações contestatórias (SANTOS e OLIVEIRA, 2018).

Desse modo, tendo a tomada de consciência como prática fundamentadora de possibilidades que, por sua vez, podem desenvolver um processo de crítica e efetivação dos sujeitos como mais do que sujeitos, visto que ao assumir o Estado como um constructo criado em fim de impor uma espécie de solução fixa para os problemas políticos e sociais (HOBBS, 2019), é factível que os indivíduos, colocados agora como cidadãos, não se permitam tomar parte somente de preferências e arbitrariedades privadas, mas sim de todas as decisões públicas e discursos que abarcam a sociedade, adentrando, por conseguinte, nos movimentos sociais como meios de galgar voz ativa e alterações efetivas diante das problemáticas que surgem com o avançar da história humana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Thomas Silveira Cavalcanti de; BARROS, Guilherme Antonio Sauerbronn de. **Experimentações contraculturais: origens do rock progressivo inglês e da Tropicália**. XXIX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Pelotas, 2019.

Revista Encontros Científicos UniVS | Edição Especial - I Encontro Internacional Online de Psicologia da UniVS |
Icó-Ceará | v.2 | n.1 | p. 78 - 97 | Agosto | 2020

- ALMEIDA, Tiago D'angelo Ribeiro. **Midiativismo e Coberturas Jornalísticas: Mídias Livres, Movimentos em Rede e Estratégia de Contrapoder.** João Pessoa; 2015.
- AMATUZZI, Mauro Martins. **Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista.** Estudos de Psicologia, Campinas, p. 93-100, janeiro-março 2009.
- ANGELIM, Fábio Pereira. **Mulheres Vítimas de Violência: Dilemas entre a Busca da Intervenção do Estado e a Tomada de Consciência.** Departamento de Psicologia Clínica: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?:** Diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BIAGI, Orivaldo Leme. **Juventude e Rebeldia nos Anos 60 e 70 do Século XX: A Problemática do Conceito de Contracultura.** Revista Técnico-Científica das Faculdades Atibaia, [s. l.], 2017.
- CAMPOS, Ronny Francy. **Ética Contemporânea: Os Anos 60 e o Projeto de Psicologia Humanista.** EPISTEMO-SOMÁTICA, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2006.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O Discurso da Contracultura no Brasil: o Underground através de Luiz Carlos Maciel.** São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2007.
- CARDOSO, Irene. **A geração dos anos 1960: O peso de uma herança.** Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005.
- CARVALHAES, Flávia Fernandes de *et al.* **Mulheres no crime: análise sobre enunciados difundidos pela mídia brasileira.** Psicologia & Sociedade, Minas Gerais, v. 30, 2018.
- CERRI, Luís Fernando. **OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E OS DESAFIOS DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA.** Revista de História Regional, Paraná, p. 93-112, Inverno 2001.
- DREYFUS H. L. e RABINOW. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica).** Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ESTANQUE, Elísio. **Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013).** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 103, p. 53-80, 1 maio 2014.
- FERREIRA, João José Brandão. **Pacifismo.** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, [s. l.], 1988.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** História da violência nas prisões. 9 ed. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANÇA, Matheus Costa. **Vozes antifeministas nas redes sociais: uma análise de conteúdo.** Programa de Iniciação Científica: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, Brasília, 2018.

GARSON, Marcelo. **Anos 60**: o outro lado da juventude. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul - RS, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento**: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais**: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Política & Sociedade, Santa Catarina, v. 1, n. 11, p.41-70, out. 2007.

GONÇALVES, João Felipe. **REVOLUÇÃO, VOLTAS E REVESES**: Temporalidade e poder em Cuba. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 93, Fevereiro 2017.

HOBBS, Thomas. **LEVIATÃ**: Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. [S. l.]: Lebooks Editora, 2019.

LAVALLE, Adrian Gurza et al. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. Sociedade & política, Rio de Janeiro, 2019.

LEMOS, A., Cibercultura. **Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre, Sulina, 2004.

LIMA, V. A. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LUSTOZA, Rosane Zétola. **O discurso capitalista de Marx a Lacan**: algumas consequências para o laço social. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. XII, n. 1, p. 41-52, jan/jun 2009.

MACIEL, L. C. **Anos 60**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Um objeto para os movimentos sociais**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 50-66, Junho 1989.

MERLEAU-PONTY M. (1973). **Ciências do homem e fenomenologia**. São Paulo: Saraiva (Original francês de 1943).

Merleau-Ponty, M. (1994). **Fenomenologia da percepção**. (C. Moura, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em francês, 1945).

PASSERINI, Luisa. **A juventude, metáfora da mudança social**. “Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 50” In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (orgs.) *História dos Jovens. A época contemporânea Vol. 2*. São Paulo: Cia Editora das Letras, 1996.

PERUSO, Marcos Antônio. **Marxismo, movimentos sociais e fenomenologia**. In: Pensar a Contracorrente. vol. 2. Havana. 2004.

PERUZZO, Cicilia M.Krohling. **Representações dos Movimentos populares na mídia e como eles se representam**: Visibilidade pública e perspectivas cívicas. Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Jonatha Vasconcelos; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **“A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”**: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo. TUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 457-474, setembro - dezembro 2018.

SARTRE, J. P. (1946). **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. São Paulo: Vozes.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault, Poder e Análise das Organizações**. Fundação Getúlio Vargas: Escola de Administração de empresas de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, Setembro 2010.

RABELO, Sérgio Luiz. **Contracultura Norte-Americana nos Anos 1950**: Notas Sobre a Proposta *Beat*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RICCI, Rudá Guedes. **Movimentos e mobilizações sociais no Brasil**: de 2013 aos dias atuais. SAÚDE DEBATE, Rio de Janeiro, v. 42, p. 90-107, Novembro 2018.

RODRIGUES, Eugénia. **Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal**. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Setembro 1995.

ROSZAK, Theodore. **Contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis, Vozes, 1972.

TATAGIBA, Luciana et al. **Movimentos sociais e políticas públicas**: Ideais e experiências construção de modelos alternativos. Burocracia e Políticas Públicas no Brasil, São Paulo, 2018.

VIEIRA, Andressa Brito. **MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA: UMA COMPLEXA RELAÇÃO NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA AGENDA**. Tempo da Ciência, Paraná, v. 22, n. 43, 1º semestre 2015.

WAINBERG, Jacques A. **A revolução, a luta, a resistência e o povo**: os marcadores retóricos dos anos 60. Intercom – RBCC, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 205-231, jan./jun. 2012.

WARREN, Ilse Scherer. **Manifestações de rua no Brasil 2013**: encontros e desencontros na política. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/ago. 2014.

Recebido em: 15 de Junho de 2020
Aceito em: 30 de Julho de 2020

¹Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail. witcher.ms379@gmail.com

²Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail. fernando123fiuza@gmail.com

³Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail. ritaaah7@gmail.com

⁴Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail. khevianyaraujo@gmail.com

⁵Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail. gleicianacalixto8@gmail.com

⁶Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail. leonardo.martins2010@gmail.com

⁷Especialista em Gestalt-terapia pela Clínica Diálogos. E-mail. ericklinhares@univs.edu.br